

JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

Volume 4, Número 2, Outubro de 2015

Legalismo autocrático na Venezuela

Javier Corrales

**A subversão criminal da
democracia mexicana**

Andreas Schedler

**Por que o desempenho da
democracia tem sido tão ruim?**

Francis Fukuyama

Crise e transição, mas não declínio

Philippe C. Schmitter

Da política ao protesto

Ivan Krastev

CONSELHO EDITORIAL

Bernardo Sorj
Sergio Fausto
Mirian Kornblith

CONSELHO ACESSOR

Fernando Henrique Cardoso
Larry Diamond
Marc F. Plattner
Simon Schwartzman

TRADUÇÃO

Fabio Storino

REVISÃO TÉCNICA

Isadora Carvalho

Apresentação

Não foi simples definir a ordem de apresentação dos artigos neste número do *Journal of Democracy em Português*. É que, além da excelência do conteúdo, todos eles são muito oportunos.

Decidimos abrir o número com dois textos sobre países latino-americanos. No primeiro, Javier Corrales, cientista político que dá aulas no Amherst College, nos Estados Unidos, destaca e analisa os processos pelos quais o regime chavista, a despeito de ter se formado e desenvolvido com base em eleições e consultas populares, se tornou cada vez mais autoritário pelo uso, abuso e não uso, nos termos do próprio autor, das instituições do estado democrático de direito. O interesse na leitura de “Legalismo Autocrático na Venezuela” aumenta à medida que se aproxima a data de 6 de dezembro de 2015, quando serão realizadas eleições para a Assembleia Nacional venezuelana. Frente ao espectro cada vez mais nítido de uma derrota eleitoral, o regime chavista vem apertando cada vez mais o torniquete autoritário que aplicou ao pouco que resta do estado democrático de direito naquele país.

Não menos oportuno e interessante é o artigo “A Subversão Criminal da Democracia Mexicana, de Andreas Schedler. Resolvemos publicá-lo neste número, embora ele tenha sido escrito há cerca de dois anos. Duas razões nos levaram a essa decisão: a qualidade da análise apresentada e a permanência dos problemas identificados pelo autor. Se dúvida houvesse sobre a continuidade da violência ligada ao crime organizado no México, bastaria lembrar que em 26 setembro último se completou um ano do massacre que vitimou 43 estudantes no estado de Guerrero, no sul do país. Ainda não suficientemente esclarecido pelo Estado mexicano, o crime envolve agentes do governo local e do cartel que domina o tráfico de droga na região de Guerrero. Em seu

artigo, o professor e pesquisador do Centro de Investigación y Docencia Económica (CIDE) discute as razões de o México ter hoje taxas de homicídio várias vezes superiores a que conheceu até dez anos atrás, dissecando os mecanismos que impulsionam e alimentam a violência e demonstra os efeitos negativos que ela produz sobre a democracia mexicana, desde a seleção dos candidatos até a implementação de políticas, passando pela formação da agenda pública e as eleições.

Os demais artigos que compõem este número não se referem a países em particular, mas a processos gerais que representam desafios à democracia em países desenvolvidos e em desenvolvimento. Francis Fukuyama e Phillip Schmitter, dois cientistas políticos de renome internacional, buscam responder à pergunta sobre a existência ou não de um declínio global da democracia.

Para Fukuyama, que dispensa apresentações, as tendências observáveis em indicadores globais, como o Freedom House Index, respaldam a visão mais pessimista a respeito do futuro da democracia. Em “Por que o desempenho da democracia tem sido tão ruim?”, o autor constata o aumento do número de regimes que mantêm aspectos da democracia, notadamente as eleições, mas adotam práticas autoritárias que limitam e distorcem as instituições democráticas, favorecendo a concentração do poder nas mãos do governo de plantão, em detrimento da oposição e dos direitos civis e políticos. Constata também a frustração com a chamada Primavera Árabe que, em lugar de democracias, produziu a volta a regimes autoritários ou a eclosão de guerras civis alimentadas por divisões sectárias. Fukuyama interpreta essas tendências à luz do esquema teórico segundo o qual os estados democráticos de direito se assentam em três pilares (uma organização estatal moderna, o império da lei e mecanismos de controle horizontal e vertical da autoridade, associados à expansão dos direitos civis e políticos). Na vasta maioria das democracias avançadas, observa, tais pilares foram edificados em sequência, do primeiro ao terceiro. A partir dessa “lição da história”, o autor atribui o declínio global da de-

mocracia à fragilidade de um ou dos dois primeiros pilares em países situados fora do eixo Estados Unidos-Europa Ocidental, em particular a ex-União Soviética e os países árabes.

Philippe Schmitter, por sua vez, critica a visão pessimista sobre o declínio da democracia e questiona as formas de mensuração do fenômeno adotadas por instituições como a Freedom House, entre outras. Sem deixar de reconhecer razões para preocupação, ele prefere falar em crise em lugar de declínio da democracia. Conhecido especialista em transições do autoritarismo para a democracia, o autor argumenta que as democracias avançadas vivem processos de transição que apontam para formas mais liberais ou pós-liberais da democracia representativa. Ainda não seria possível conhecer os modelos de democracia resultantes desses processos. Em “Crise e Transição, mas não Declínio”, Schmitter identifica várias experiências capazes de alargar os limites da democracia representativa atualmente existente. Na sua visão, elas podem vir a responder às demandas sociais por maior transparência, accountability e “responsividade” dos sistemas democráticos e das elites políticas e burocráticas. Além de identificá-las, o professor emérito do European University Institute, que também lecionou em Chicago e Stanford, apresenta sua reflexão a respeito dos limites e alcance de cada uma dessas experiências.

O último artigo, de Ivan Krastev, intitulado “Da Política ao Protesto”, dialoga com o texto de Schmitter. Diretor do Centro de Estratégias Liberais de Sofia, na Bulgária, Krastev se pergunta por que nos últimos anos se vem verificando um aumento do número de protestos nas ruas e praças de países democráticos, semidemocráticos e não democráticos em todo o mundo. Ele está particularmente interessado em compreender esse fenômeno nos dois primeiros casos e avaliar em que medida a onda recorrente de protestos carrega um potencial construtivo de transformação das democracias representativas. Para a compreensão do fenômeno, ele estabelece o contraste entre a perda de interesse pela política partidária e eleitoral, de um lado, e o aumento

dos protestos de membros da classe média, de outro. As manifestações engajam um número cada vez maior de pessoas, ao passo que o nível de abstenção nas eleições e a quantidade de filiados a partidos (e sindicatos) diminuem significativamente nos Estados Unidos e em toda a Europa. O protesto estaria ocupando o lugar da política porque esta perdeu dramaticidade (já não há mais, como no passado, grandes antagonismos ideológicos entre os principais partidos) e utilidade aos olhos dos eleitores (cada vez há um número maior de governos sem maioria sólida e cujo raio de manobra está severamente limitado por entidades supranacionais e/ou pelos mercados financeiros). À falta de atores coletivos organizados, seriam os protestos fatores de mudança positiva nas democracias realmente existentes ou na transição de regimes semidemocráticos para regimes propriamente democráticos? Krastev é cético a esse respeito: os protestos são capazes de indicar o que a sociedade não quer, mas não o de dizer o que os cidadãos querem e muito menos de tornar esse desejo realidade.

Independentemente da ordem em que ler os artigos deste número, estamos certos de que o leitor não se arrependará de fazê-lo.

Bernardo Sorj e Sergio Fausto
Diretores de Plataforma Democrática

Legalismo autocrático na Venezuela*

Javier Corrales

Javier Corrales é professor de Ciência Política do Amherst College. É coautor de Dragon in the Tropics: Hugo Chávez and the Political Economy of Revolution in Venezuela [Dragão nos trópicos: Hugo Chávez e a economia política da revolução na Venezuela] (com Michael Penfold, 2011). Uma segunda edição com novo subtítulo, The Legacy of Hugo Chávez [O legado de Hugo Chávez], será lançada em 2015. Trechos deste ensaio têm origem nesses livros.

O conceito de regimes híbridos — que exibem, ao mesmo tempo, características tanto democráticas quanto autoritárias — já é bastante consagrado no campo da política comparada. Regimes híbridos também são chamados de “autoritarismo competitivo” porque, embora o partido no poder dispute eleições (geralmente vencendo-as), o presidente possui uma gama de poderes autocráticos que minam os freios e contrapesos. Tais regimes são hoje comuns no mundo em desenvolvimento. Se usarmos a classificação da Freedom House de *parcialmente livres* como *proxy* de regimes híbridos, então, em 2014, eles eram ligeiramente mais comuns do que os regimes autoritários clássicos.

A dinâmica dos regimes híbridos — por que alguns permanecem estáveis ao longo do tempo enquanto outros se tornam ora democráticos ora ainda mais autocráticos — é menos entendida. A Venezuela de Hugo Chávez (1999-2013) é um caso de regime híbrido que rapida-

*Publicado originalmente como “Autocratic Legalism in Venezuela”, *Journal of Democracy*, Volume 26, Número 2, Abril de 2015 © 2015 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press

mente se moveu em direção ao aumento do autoritarismo. No relatório *Freedom in the World* [Liberdade no mundo] para o período 1999-2000, a Freedom House rebaixou a nota da Venezuela de *livre* para *parcialmente livre*. A guinada da Venezuela em direção a um maior autoritarismo acelerou ao longo dos anos, atingindo novos patamares no governo de Nicolás Maduro (2013-presente). Hoje, a Venezuela aparece como o menos livre de todos os regimes *parcialmente livres* da América Latina.

Isso levanta duas questões. Primeiro, quais são os *mecanismos* pelos quais um regime autoritário competitivo torna-se mais autocrático? Por definição, um regime híbrido é aquele no qual o Executivo concentra poderes em detrimento de atores da oposição e não estatais. Mas o que mais precisa acontecer para considerarmos que ele se tornou mais autocrático? Este ensaio analisa a Venezuela desde 1999 para mostrar como pode ocorrer tal transformação. Meu argumento foca no uso, abuso e no não uso do estado de direito.

Em segundo lugar, quais foram as *causas* da rápida guinada da Venezuela em direção ao autoritarismo, em especial nos últimos anos do chavismo? Inspirado em meus trabalhos anteriores (frequentemente em colaboração com outros autores), apresento dois argumentos básicos. Um foca em fatores internos: a declinante competitividade eleitoral do partido do presidente desde o fim dos anos 2000, somada a uma dependência da trajetória (*path dependence*), ajuda a explicar a guinada da Venezuela em direção a um maior autoritarismo. O outro argumento foca na política externa: em 2010, a Venezuela havia conseguido criar uma política externa que a blindava de pressões internacionais. Embora certamente houvesse outros fatores em jogo, esses foram os dois principais condutores.

Durante a presidência de Chávez, a Venezuela tornou-se o caso paradigmático da América Latina de autoritarismo competitivo. O partido do presidente, conhecido desde 2007 como o Partido Socia-

lista Unido da Venezuela (PSUV), disputa eleições contra uma oposição multipartidária, como seria de se esperar em uma democracia. Ao mesmo tempo, o PSUV ajuda o Executivo a enfraquecer os freios e contrapesos, trata a oposição de maneira desfavorável, e reduz a autonomia da sociedade civil. Ao longo dos anos, as práticas autoritárias do regime tornaram-se mais pronunciadas.

Três elementos-chave

O principal mecanismo facilitador do aumento do autoritarismo na Venezuela poderia ser chamado de “legalismo autocrático”. O legalismo autocrático possui três elementos-chaves: o *uso*, o *abuso* e o *não uso* da lei a serviço do Executivo.

Começemos com o *uso* das leis autocráticas. Desde que chegou ao poder pela primeira vez, o partido do presidente beneficiou-se de seu domínio sobre os órgãos legislativos do país (a Assembleia Constituinte de 1999, o “congressinho” [*congresillo*] de 1999-2000 e o Legislativo nacional de 2000-presente) e do total controle sobre a Suprema Corte desde 2005 para conseguir aprovar leis que davam mais poder ao Executivo à custa dos demais poderes. Até a morte de Hugo Chávez, em março de 2013, foram aprovadas muitas dessas leis autocráticas:

- 1) A *Constituição de 1999*, apesar de trazer muitas inovações democráticas, aumentou o poder do presidente: ela eliminou o Senado (um importante ator com poder de veto); proibiu o financiamento público de organizações políticas (entendidas como sendo os partidos políticos); e deu poder ao presidente para realizar referendos para fazer o *recall* de legisladores, dissolver a legislatura sob certas condições e propor emendas e alterações constitucionais.
- 2) *Leis habilitantes* dão ao presidente o direito de governar por decreto. A legislatura dominada pelos chavistas aprovou quatro medidas provisórias no governo Chávez — em 1999,

2000, 2007 e 2010 — e (até o momento) uma vez no de Maduro — em 2013.

- 3) A *Lei Orgânica das Telecomunicações* (2000) permite ao governo suspender ou revogar concessões de rádio e televisão caso “atenda aos interesses da nação ou seja necessário para garantir a ordem pública e a segurança”. Essa lei foi modificada em 2011 para incluir toda produção audiovisual (incluindo tevê a cabo) e para reduzir o período de concessão de rádio de 25 para 15 anos.
- 4) A *Lei de Responsabilidade Social* (2004) proíbe a divulgação de material que possa incitar ou promover ódio e violência. Foi ampliada em 2010 para se aplicar à Internet. Dessa maneira, a mídia eletrônica não pode transmitir mensagens que “produzam ansiedade no público ou atrapalhem a ordem pública”, “incitem ou promovam desobediência à ordem legal”, “recusem-se a reconhecer a autoridade legalmente constituída” ou “incidem ou promovam ódio ou intolerância”.
- 5) A *reforma do código penal* de 2005 ampliou o escopo da lei de *desacato*, tornando ilegal ser “desrespeitoso às autoridades do governo”, cobrindo um número ainda maior de autoridades a quem essa lei se aplica. Também restringiu seriamente o uso de espaços públicos para a realização de manifestações.
- 6) As *leis que regem os “conselhos comunitários”* (a Lei Orgânica do Poder Popular [2010], a Lei Orgânica do Planejamento Público e Popular [2010], a Lei Orgânica da Controladoria Social [2010] e a Lei Orgânica das Comunas [2010]) estabelecem financiamento público e prerrogativas legais a esses órgãos mal definidos, que devem trabalhar com o Estado para prestar serviços, executar obras públicas e participar do desenvolvimento comunitário. Ao fazê-lo, frequentemente-

te se sobrepõem ao papel dos prefeitos e câmaras municipais. Nenhuma dessas leis exige que os conselhos realizem eleições para seus representantes.

- 7) A *Lei da Defesa da Soberania Política e Autodeterminação Nacional* (2010) impede que os defensores dos direitos humanos venezuelanos recebam assistência internacional. Organizações não governamentais (ONGs) que “defendam direitos políticos” ou “monitorem o desempenho de órgãos públicos” são impedidas de receber qualquer tipo de financiamento externo. Estrangeiros convidados por tais grupos para ir à Venezuela podem ser sumariamente expulsos do país caso expressem opiniões que “ofendam as instituições do Estado, autoridades do alto escalão ou ataquem o exercício da soberania”. As ONGs estão sujeitas a multas pesadas, e seus diretores podem perder o direito de disputar cargos públicos por até oito anos.
- 8) A *Lei Contra os Ilícitos Cambiais* (2010) concede ao governo o monopólio sobre todas as operações com moeda, incluindo títulos públicos. Toda moeda estrangeira fruto de exportação precisa ser vendida ao Banco Central da Venezuela (BCV) pela taxa de câmbio oficial. A lei também proíbe a “oferta” de bens e serviços entre entidades ou indivíduos venezuelanos em moeda estrangeira.
- 9) A *Lei de Reforma Parcial da Lei dos Partidos Políticos, Liberdade de Reunião e Manifestações* (2011) proíbe qualquer conduta de deputados que esteja em desacordo com a “orientação e as posições políticas” adotadas por seu partido durante o período eleitoral. Essa lei visa impedir que legisladores votem em oposição à linha do partido.
- 10) A *Lei Orgânica de Preços Justos* (2014) é uma atualização da Lei dos Custos e Preços Justos de 2011, que legalizou o

amplo sistema de controle de preços do regime e essencialmente eliminou o sistema de preço. A versão de 2014 tornou a lei mais rígida, ampliando o número de infrações, incluindo a revenda de mercadoria “essencial” e atos que causem “desestabilização econômica”. Também proíbe lucros acima de 30%. As sanções incluem multas, prisão, confisco de bens e assim por diante. Além disso, com a inclusão da “desestabilização econômica” — que pode ser interpretada para incluir até mesmo a circulação de boatos —, a lei amplia as justificativas subjetivas que o Estado pode usar para punir agentes privados. Desde 2011, essa lei também tem sido uma das principais causas do desabastecimento e do surgimento de mercados informais no país, e é frequentemente usada como justificativa para repressões contra o setor privado.

O arsenal venezuelano de leis autocráticas exhibe duas características. Primeiro, o aspecto autocrático dessas leis nem sempre é explícito. Frequentemente se esconde em artigos e cláusulas que empoderam cidadãos ou outros grupos políticos, encorajando os grupos empoderados a apoiar essas leis, ao menos inicialmente. Mas sempre há uma cláusula que acaba beneficiando o Executivo muito mais do que os outros atores, o que torna tais leis tão autocráticas. Segundo, essas leis foram aprovadas de maneira constitucional, ao menos na medida em que foram aprovadas por meio de processos constitucionalmente previstos. Esse paradoxo apresenta um problema duplo para a oposição: 1) tais leis reforçam a capacidade do Estado de controlar atores não estatais; e 2) elas não podem ser facilmente contestadas, porque emergiram por meio de canais constitucionais.

Abusando da lei: “hegemonia comunicacional”

O segundo elemento do legalismo autocrático é o *abuso* da lei, ou seja, a implementação inconsistente e enviesada das leis e regulamen-

tos. Na Venezuela, isso aconteceu em muitas esferas, mas é especialmente visível no mundo da imprensa, e ajuda a explicar como, sob o comando de Chávez, o equilíbrio entre a mídia privada independente e a controlada pelo governo pendeu a favor da última. Hoje, é mais provável que um venezuelano típico com pouco acesso à Internet seja exposto à mídia do governo ou pró-PSUV, geralmente mais disponível e economicamente acessível do que a mídia independente privada. A consequência tem sido uma redução significativa do pluralismo da imprensa. Essa mudança na mídia, conhecida internamente como “hegemonia comunicacional”, tem sido uma estratégia deliberada do chavismo.¹

Tabela 1 — Mídia impressa e televisiva independente (%)

	1998	2014
Imprensa		
Todos os jornais do país	100%	56%
Dos quais, jornais locais e regionais	100%	49%
Televisiva		
Todos os canais de tevê do país	100%	46%
Dos quais, canais locais e regionais	80%	39%

Nota: Independente significa: 1) privada; 2) que cobre política; 3) não comunitária; e 4) que não censura sistematicamente informação que seja favorável à oposição. Fonte: ver nota 2.

Em 2014, por meio do uso e do abuso da lei, a hegemonia comunicacional foi extensa, tanto na mídia impressa quanto na televisiva. Por exemplo, em 1998 havia 89 jornais na Venezuela,² todos privados e independentes. Em 2014, a Venezuela possuía 102 jornais, dos quais 56% eram privados; 8% eram estatais; 15% eram “não independentes”, pois possuíam uma inclinação sistemática pró-PSUV; e 22% eram “indeterminados”, seja por serem muito pequenos ou por não estarem disponíveis online para que sua orientação fosse determinada.³ Jornais estatais são atípicos em democracias. Na Venezuela, também são abertamente enviesados. Embora a mídia privada seja frequente-

mente criticada por ser demasiadamente propensa a cobrir denúncias — o que é visto tanto como um sinal de sua neutralidade como prova da presença de democracia na Venezuela —, uma mídia estatal que sistematicamente censura informações positivas sobre atores que não sejam o Estado não é indicação de vitalidade democrática. A administração Maduro está empenhada em continuar a política de expansão da imprensa estatal. Já criou jornais nas cidades de Valencia, Maracay, Cojedes, Guárico e Petare e, em 2014, o presidente anunciou que queria ter um em cada cidade.

A redução da imprensa independente é ainda mais gritante no caso da mídia televisiva. Em 1998, havia 24 canais de televisão em todo o país, dos quais apenas 3 eram públicos (e não enviesados). Em 2014, havia 105 canais de televisão, mas apenas 46% eram privados. (Se olharmos apenas para os canais locais, o declínio da participação da imprensa independente é ainda mais pronunciado, de 80% em 1998 para 39% em 2014.) Canais estatais agora representam 17% de todos os canais de televisão (14% se olharmos somente para os canais de televisão locais e regionais). Além disso, sob o chavismo emergiu uma nova categoria — “canais comunitários”, presentes sobretudo nas cidades menores, representando 37% das estações de tevê em 2014. Tecnicamente, canais comunitários são supostamente independentes, e muitos deles lutam para afirmar sua autonomia perante o Estado.⁴ Contudo, apenas canais pró-governo recebem financiamento e apoio do Estado. Dado que há poucas outras fontes de financiamento, canais comunitários acabam inevitavelmente se submetendo às diretivas estatais.

A crescente hegemonia comunicacional da Venezuela surgiu como o resultado tanto do *uso* quanto do *abuso* da lei.⁵ O governo tem usado regulamentações existentes para criar jornais públicos. Vários deles são distribuídos gratuitamente, rapidamente tomando espaço dos concorrentes privados — uma prática que está tecnicamente dentro da lei, mas que expulsa a imprensa independente. O Estado também abusa da

lei ao perseguir muitos jornais independentes, aplicando multas com base em alegações de corrupção ou violação da lei de imprensa, ou arbitrariamente negando acesso à moeda estrangeira, necessária para a aquisição de papel de jornal. De acordo com a organização Repórteres sem Fronteira, ao menos 37 jornais tiveram que reduzir circulação devido à falta de papel.⁶ Outras táticas incluíram impedir que agências estatais anunciassem em certos jornais privados; pressionar de maneira informal editores para que publicassem as histórias “certas”; e banir repórteres da cobertura de eventos do governo. O objetivo do regime é abusar da lei para produzir dificuldades financeiras para os jornais privados independentes, forçando-os a promover cortes (como no caso do diário *Tal Cual*, que teve que mudar sua periodicidade para semanal no começo de 2015) ou até mesmo a venda do jornal para novos proprietários (como aconteceu com o *El Universal*). Se a linha editorial de um jornal é alterada, o governo perdoa as dívidas e libera o acesso à moeda estrangeira.

O mesmo uso e abuso da lei foi aplicado à televisão. O forte declínio do pluralismo começou em 2003, quando Diosdado Cabello, atualmente o segundo político chavista mais poderoso e presidente da Assembleia Nacional, assumiu a direção da Comissão Nacional de Telecomunicações (Conatel), a agência que regula a difusão de rádio e tevê, e reestruturou as regulamentações de imprensa. A Conatel agora é responsável por determinar se uma estação pode ser enquadrada como canal comunitário (e, portanto, também se é elegível para receber financiamento estatal). A Conatel também perseguiu canais privados de televisão específicos recusando-se de maneira arbitrária a renovar suas licenças (como no caso da RCTV em 2007) ou cobrando multas excessivas por supostas violações da lei de mídia (como no caso da Globovisión até 2013). Na Venezuela, a única maneira pela qual um canal de televisão é capaz de garantir sua sobrevivência financeira é deixando de cobrir política — ou seja, aplicando autocensura (como fez a Globovisión desde que foi vendida para novos donos em

2013) e evitando cobrir eventos políticos (como normalmente fazem a *Venevisión* e a *Televén*).

Esse crescimento da mídia estatal e não independente teve um nítido impacto na disponibilidade de informações. Em janeiro de 2015, por exemplo, a oposição organizou uma importante marcha no centro de Caracas. Nenhum canal de televisão noticiou a marcha ou os discursos, preferindo seguir com sua programação normal. A *Globovisión* chegou a noticiar posteriormente os pronunciamentos dos líderes da oposição, mas por não mais de cinco minutos. Em comparação, a maioria das estações públicas de televisão divulgaram o discurso de mais de uma hora que Maduro fez naquele mesmo dia. A *Globovisión* exibiu o discurso de Maduro ao vivo por quinze minutos. A *Venevisión* e a *Televén* não televisionaram o discurso de Maduro, devido a seu acordo tácito com o Estado de não cobrir política.

O não uso da lei: irregularidades eleitorais

O terceiro elemento do legalismo autocrático é, paradoxalmente, o uso da ilegalidade. Isso tem sido especialmente significativo na política eleitoral. Um dos legados autoritários mais importantes de Chávez é um ambiente eleitoral marcado por irregularidades e governado por uma agência regulatória enviesada, o Conselho Nacional Eleitoral (CNE). De fato, nas dezesseis eleições realizadas durante a era chavista, contabilizei mais de 45 tipos de irregularidades eleitorais, geralmente envolvendo uma aplicação seletiva das leis eleitorais e frequentemente flagrantes violações — por exemplo, o governo permite que o PSUV exceda limites de gastos ou de tempo de televisão; permite que seções eleitorais permaneçam abertas após seu horário regular; bane de maneira arbitrária candidatos e observadores eleitorais; manipula regras eleitorais em vantagem do partido do presidente; pressiona funcionários do Estado ou beneficiários de programas sociais a votar de determinada maneira; assedia eleitores nas seções eleitorais; ameaça cortar recursos de distritos que elejam candidatos da oposição; e con-

duz auditorias superficiais dos resultados.⁷ Com o passar do tempo, algumas irregularidades são efetivamente corrigidas — frequentemente por conta de pressões da oposição —, mas outras persistem, e novas irregularidades tendem a emergir a cada nova eleição.⁸

Esse ambiente eleitoral propenso a irregularidades se deteriorou ainda? Mais desde a morte de Chávez em março de 2013, a começar pela eleição de seu sucessor no mês seguinte. Naquela disputa, Maduro, que era o presidente em exercício, venceu seu oponente, Henrique Capriles Radonski, por meros 235 mil votos (uma margem de 1,5%). A oposição alegou que, durante a campanha e no dia do pleito, houve irregularidades recorrentes e novas (por exemplo, simpatizantes do PSUV foram vistos conduzindo eleitores até as urnas sob a alegação de assisti-los; assediando observadores eleitorais e eleitores; pagando pessoas para levar mais eleitores às urnas; e talvez até mesmo envolvendo-se em fraudes em algumas seções eleitorais), o que teria dado a Maduro a vitória por estreita margem. Após o anúncio dos resultados, manifestações eclodiram em Caracas e em várias outras cidades. O governo reprimiu os protestos; no fim, sete pessoas foram mortas e várias outras ficaram feridas. A oposição pediu uma auditoria completa, que foi recusada (embora o CNE tenha conduzido uma auditoria comparando os registros eletrônicos com as cédulas impressas) e, então — pela primeira vez desde 2005 — a oposição contestou os resultados eleitorais, exigindo formalmente que a eleição fosse anulada ou refeita em aproximadamente 5.700 mesas eleitorais (na Venezuela, cada mesa eleitoral está associada a uma urna eletrônica específica).

O pedido também foi indeferido, e então a oposição fez uma tentativa desesperada de levar sua alegação de fraude para a Suprema Corte. As cortes da Venezuela são um elemento-chave no *não uso* do estado de direito pelo regime. Juízes de instâncias superiores têm sido explicitamente favoráveis ao governo desde que este loteou as cortes em 2004, e muitos juízes de instâncias intermediárias não possuem estabilidade e são frequentemente penalizados por decisões desfavo-

ráveis ao governo. Ademais, de acordo com um recente estudo, nenhuma das 45.474 decisões da Suprema Corte desde 2005 foi desfavorável ao governo.⁹ Então não surpreende que a Suprema Corte tenha se recusado a julgar o caso de fraude apresentado pela oposição.

Embora tenha se observado menos casos de irregularidade nas urnas nas eleições municipais de dezembro seguinte, o governo mostrou toda sua força em favor dos candidatos do PSUV durante a campanha eleitoral, incluindo gastos excessivos e o uso ilegal de recursos públicos e da mídia estatal. Ademais, no momento da eleição, o mandato de três dos cinco membros do CNE — um órgão com apenas um representante de fora do governo — havia expirado. Com as eleições de 2013, a administração Maduro mostrou que havia não apenas herdado o legado semi-autoritário de Chávez, como também o expandiu.

A intensificação do legalismo autocrático no governo Maduro mostrou-se desestabilizadora.¹⁰ No início de 2014, a oposição ficou dividida em relação à resposta ao problemático processo eleitoral e à recusa do governo em investigar as irregularidades, com uma das facções incentivando e organizando manifestações nas ruas. O surgimento de manifestações populares levou à pior repressão já assistida sob o chavismo, e talvez sob qualquer governo eleito na história do país.

Entre fevereiro e abril de 2014, a Venezuela foi tomada por manifestações, inicialmente organizadas por estudantes universitários nas pequenas cidades de San Cristóbal e Mérida, a oeste do país. O governo reprimiu duramente a primeira onda de protestos, o que apenas incitou outros — desta vez coordenados via redes sociais, usando a hashtag #lasalida (“a saída”). A oposição mais linha-dura, incluindo Leopoldo López (ex-prefeito de Chacao, próxima a Caracas), María Corina Machado (à época, congressista) e Antonio Ledezma (prefeito da região metropolitana de Caracas) logo aderiram aos protestos, e os temas foram ampliados para incluir o baixo crescimento econômico, o

desabastecimento de alimentos e a baixa qualidade dos serviços públicos, bem como a explosão da criminalidade.

Ao todo, cerca de 800 mil pessoas em ao menos dezesseis estados e 38 cidades participaram dos protestos nesses três meses. Manifestantes montaram barricadas nas ruas em bairros predominantemente de classe média; alguns manifestantes lançaram garrafas, pedras e bombas caseiras. O governo enviou tropas da Guarda Nacional e da polícia nacional para reprimir as manifestações, e pode ter encorajado que civis pró-governo (conhecidos como “coletivos”) saíssem às ruas armados.¹¹ De acordo com um relatório elaborado por importantes organizações de defesa dos direitos humanos, o governo dissolveu à força 34% dos protestos, muito mais do que a repressão mais intensa ocorrida no governo Chávez (7% em 2009), e prendeu mais de 3.100 pessoas.¹²

Ainda mais surpreendente foi a ação do governo contra os líderes da oposição. López foi preso por “incitar a violência”, apesar da falta de evidências além de escritos a favor da mudança no governo, o que se alegou ter incitado “subliminarmente” os protestos. Machado foi acusada de traição por apresentar-se diante da Organização dos Estados Americanos (OEA) denunciando abusos dos direitos humanos na Venezuela, e foi posteriormente expulsa do Congresso Nacional. Ela e outros líderes da oposição foram acusados de tramar o assassinato do presidente e, em dezembro de 2014, Machado foi oficialmente acusada de conspiração e traição. Ledezma foi preso no fim de fevereiro de 2015, sob a acusação de conspirar para derrubar do governo.

Fatores internos e internacionais

Se o uso, o abuso e o não uso da lei respondem pela mecânica da guinada autoritária da Venezuela, quais são as causas por trás dela? O principal condutor é uma combinação de dependência de trajetória e declínio da competitividade eleitoral, como Michael Penfold e eu ar-

gumentamos na nova edição de *Dragon in the Tropics*. Por dependência de trajetória queremos dizer que, uma vez criadas instituições suficientes que permitam ao Estado governar de maneira autoritária, essas instituições se tornam os instrumentos preferidos para tomar decisões de política pública. Uma vez que Chávez já havia criado o arcabouço institucional e adquirido os instrumentos que facilitavam a repressão do governo, a administração Maduro — por dispor das instituições, instrumentos legais e ideologia política necessários — naturalmente fez uso deles para reprimir ainda mais a oposição.

Mas uma segunda razão importante para o aumento do autoritarismo é mais sistêmica: o declínio da competitividade eleitoral do partido do presidente. Nas eleições presidenciais de 2006, Chávez derrotou a oposição por ampla margem, obtendo 63% dos votos. No entanto, desde então, a oposição vem lentamente ganhando terreno frente ao PSUV nas urnas. O declínio eleitoral do PSUV foi menor nas eleições presidenciais de 2012, a última disputada por Chávez (que conquistou 55% dos votos), mas se intensificou imediatamente após a morte de Chávez. Nas eleições presidenciais de abril de 2013, Maduro conquistou apenas 51% dos votos. Embora o PSUV tivesse tido um desempenho melhor nas eleições municipais de dezembro de 2013, o ganho não foi substancial: se somados os votos de todos os partidos de oposição, a margem de vitória do PSUV foi de meros 2,7 pontos percentuais, muito distante das margens de dois dígitos de que gozava em meados da década de 2000.

À medida que o partido no poder de um regime autoritário competitivo perde sua capacidade de competir eleitoralmente, há maiores incentivos para mostrar seu lado autoritário como mecanismo de sobrevivência. Não deveria ser surpresa que um regime híbrido optaria por tornar-se mais autoritário quando os incentivos tradicionalmente oferecidos aos eleitores em troca do voto (apelo ideológico, recursos econômicos, inovação de políticas públicas e governança competente) estão ou indisponíveis ou se exaurindo. Somado à disponibilidade das

ferramentas de legalismo autocrático, o declínio eleitoral do PSUV é a causa mais importante para a intensificação da repressão no governo Maduro.

A terceira razão pela qual a Venezuela tornou-se mais autoritária é a criação de um escudo internacional.¹³ Durante a presidência de Chávez, a Venezuela começou a usar sua política externa para construir uma “aliança de tolerância” — ou seja, uma aliança de países não dispostos a criticar a Venezuela, muito menos a juntar-se a esforços internacionais de sanção às transgressões do país. A Venezuela usou seus recursos petrolíferos para expandir essa aliança para além da América Latina. Entre 2003 e 2012, as receitas de petróleo do país excederam e muito as de qualquer outro país da região — chegando a representar mais de 30% do PIB do país à época.¹⁴ Mas a Venezuela também assistiu à forte queda da produção de petróleo desde 2000.¹⁵ Consequentemente, desde então a Venezuela tem sido um dos dois maiores defensores do aumento do preço do petróleo entre os membros da OPEP, para a frustração dos países importadores de petróleo. Para melhorar sua reputação entre os países importadores de petróleo e desenvolver o “*soft power*” da Venezuela, Chávez expandiu a ajuda externa, que apontava ser uma forma mais pró-pobres de promoção do desenvolvimento do que a ajuda vinda do Ocidente.¹⁶

Construindo uma “aliança de tolerância”

O programa de ajuda externa mais conhecido de Chávez é o Petrocaribe. Criado em 2005, esse acordo de comércio permite que 17 pequenos países da América Central e do Caribe comprem o petróleo da Venezuela a preços subsidiados e a termos financeiramente favoráveis. Em comparação com acordos similares anteriores, o Petrocaribe aumentou o número de países beneficiários, bem como o volume de petróleo que recebiam, aumentou o subsídio ao preço, e tornou as condições de reembolso ainda mais favoráveis aos países beneficiários. Em 2013, o Petrocaribe fornecia 59% de todo o petróleo consumido

por Cuba, 93% do consumido pelo Haiti, 70% do da Nicarágua, e 13% do de El Salvador.¹⁷ A Venezuela possui acordos similares de subsídio de petróleo e de financiamento facilitado com a Argentina.¹⁸

A ajuda econômica expansionista de Chávez estendia-se para além do Petrocaribe em pelo menos quatro outros domínios: 1) permitir a amortização, perdão ou tolerância da dívida para países com dificuldade de pagá-la; 2) tornar a Venezuela um importante importador de bens e serviços (beneficiando Brasil e Colômbia); 3) abrir os setores de petróleo e energia para países aliados como China, Brasil, Rússia e Irã; e 4) expandir os serviços internacionais de informação (a saber, a TeleSur).

O fluxo de petrodólares, produtos, subsídios e contratos da Venezuela para países estrangeiros rendeu a Chávez enorme apoio diplomático. Embora muitos países não vissem com bons olhos a política de Chávez de manter alto o preço do petróleo e de restringir as liberdades civis na Venezuela, sua ajuda econômica estrangeira generosa era bem-vinda, apoiada também por aqueles que viam nessa política de ajuda externa outro exemplo do comprometimento anticapitalista do país.

A Venezuela também ficou conhecida por ameaçar cortar laços econômicos com nações desenvolvidas como maneira de obter apoio. Por exemplo, em 2014 corriam boatos de que a Venezuela havia pressionado os Países Baixos a bloquear a extradição de Hugo Carvajal, antigo diretor da inteligência militar venezuelana, de Aruba (uma ilha caribenha que é parte do Reino dos Países Baixos) para os Estados Unidos ameaçando proibir a Royal Dutch Shell e a Unilever de operar na Venezuela. Em fevereiro de 2015, um diário espanhol noticiou que o governo venezuelano havia oficialmente ameaçado expropriar várias multinacionais espanholas caso elas não pressionassem o governo espanhol a adotar uma postura mais favorável à Venezuela.¹⁹

A criação de uma aliança de tolerância à Venezuela foi facilitada pela relutância de governos latino-americanos em criticar as falhas de

atuais presidentes, apesar do compromisso desses países com os direitos humanos. Por conta em parte dessa reticência regional, os Estados Unidos decidiram tomar uma posição mais firme, declarando a Venezuela uma “ameaça à segurança nacional” em março de 2015, preparando assim o caminho para a aplicação de sanções a sete importante autoridades venezuelanas. Maduro, porém, irá provavelmente usar essa dita agressão norte-americana em vantagem própria, justificando novas ingerências do Estado.

Nem todos os objetivos de política externa da Venezuela foram atingidos. Com a generosidade externa da Venezuela, Chávez se propunha a fazer mais do que simplesmente construir uma aliança de tolerância. Ele queria não apenas evitar críticas vindas do exterior, como também expandir o número de regimes na região com ideais similares. A ajuda externa venezuelana contribuiu diretamente para as campanhas eleitorais de movimentos similares ao chavismo por toda a América Latina (Argentina, Bolívia, Colômbia, El Salvador, Equador e Paraguai) e até mesmo de fora da região (Espanha), muitas vezes com sucesso. Recente estudo sobre a influência venezuelana em El Salvador mostra como funciona sua petrodiplomacia. A ajuda venezuelana ajudou El Salvador a criar a Alba Petróleos, uma companhia estatal de distribuição de petróleo. A Alba Petróleos, que é dirigida quase completamente pelo partido no poder em El Salvador e, portanto, raramente auditada, disponibiliza financiamento principalmente para municípios governados pelo partido do governo, e também investe fortemente em projetos sociais durante o período eleitoral. A empresa nem sempre quita suas dívidas com a Venezuela, o que é tolerado pelo governo (a aliança de tolerância opera em ambos os sentidos).²⁰

Apesar de alguns sucessos iniciais (notadamente na Bolívia, Equador e Nicarágua), a estratégia de usar a ajuda externa para criar regimes clones acabou tendo o efeito contrário. Nos últimos anos, os esforços venezuelanos para apoiar determinados grupos políticos de outros países produziram contrarreações em países como Colômbia,

Peru, México, Honduras e Paraguai. Líderes antichavistas tornaram-se ainda mais populares, e candidatos de esquerda passaram a negar ligações com o chavismo. Além disso, importantes figuras da América Latina, incluindo cinco ex-presidentes latino-americanos, criticaram as repressões de Maduro de 2014-15. Resumindo, os resultados dos esforços da Venezuela de criar regimes clones foram, na melhor das hipóteses, irregulares, mas sua tentativa de criar uma aliança de tolerância foi um grande sucesso, permitindo que Chávez governasse de maneira mais autocrática sem precisar enfrentar muitas críticas internacionais.

Além da vizinhança

Uma das iniciativas de política externa mais importantes de Chávez foi a criação do canal de televisão TeleSur. Fundada em 2005, a TeleSur está sediada em Caracas, mas tem transmissão internacional. Sua missão é competir com redes “imperialistas” de notícias como a CNN e oferecer uma perspectiva “latino-americana” e “orientada para o hemisfério Sul”. A TeleSur oferece um sinal aberto (*free-to-air*), que pode ser captado por qualquer um que tiver o equipamento apropriado. De acordo com o governo venezuelano, o canal está interessado na audiência, não nos lucros. A TeleSur, cujo orçamento anual está estimado entre US\$ 10 e 15 milhões, alegou possuir 7,7 milhões de “assinantes” em todo o mundo em 2014.

Como as demais iniciativas de política exterior de Chávez, a TeleSur tem um histórico irregular. Por um lado, a TeleSur conseguiu firmar parcerias internacionais com governos que ajudaram a financiar o empreendimento, incluindo Argentina, Bolívia, Cuba, Equador, Nicarágua e Uruguai. Além disso, a TeleSur possui acordos de compartilhamento de informação com inúmeras organizações, incluindo a Al-Jazeera, a BBC, a russa RT, a iraniana IRIB e a chinesa CCTV, entre outras. Inicialmente lançado como um canal apenas em língua espanhola, começou a transmitir em português, em 2008, e em inglês, em 2014.

Por outro lado, a audiência da TeleSur é provavelmente baixa. O Ministro das Comunicações e Informação recentemente admitiu que não sabe quantas pessoas de fato assistem ao canal, alegando que a TeleSur não dispõe de recursos para medir sua audiência.²¹ A empresa privada AGB Nielsen, que coleta informações sobre audiência na Venezuela, relata que, entre 2008 e 2012, a TeleSur possuía uma participação média de 0,48%, tornando-a um dos canais menos vistos no país (em comparação, a participação da Venevisión variou entre 23 e 36%).²² Embora não haja informação sobre a audiência internacional da TeleSur, podemos usar o Twitter para ter uma ideia da popularidade do canal. Em comparação com a concorrência, a TeleSur é bastante agressiva no Twitter, pelo menos em termos de tuítes postados por mês (ver Tabela 2). Ao mesmo tempo, no entanto, a TeleSur possui desempenho pífio em relação ao número de seguidores no Twitter: seu aumento médio no número de seguidores por mês é insignificante se comparado ao da CNN en Español.

A TeleSur é um símbolo emblemático dos esforços do regime venezuelano de disseminar sua visão de mundo o mais amplamente possível: o governo trabalha duro para obter retornos modestos, mas parece não se preocupar muito com essa baixa relação investimento-retorno. Na batalha contra o “imperialismo”, a Venezuela está comprometida com o longo prazo.

Tabela 2 — A TeleSur e seus competidores no Twitter

Canal	Início no Twitter	Média de tuítes/mês	Média de novos seguidores/mês
CNN en Español	Abril/2009	794	165.038
BBC Mundo	Novembro/2007	698	15.316
TeleSur	Junho/ 2009	8.570	16.236
NTN24 (Colômbia)	Abril/2010	2.602	47.254

Fonte: Compilado pelo autor com base em www.twitter.com.

A atual política externa da Venezuela estende-se para além de seus vizinhos. O regime estabeleceu laços bastante estreitos com outras não democracias ao redor do globo, incluindo a China e a Rússia, bem como Estados párias como o Irã, a Síria e a Líbia de Gaddafi. Essas parcerias extra-hemisféricas têm sido motivadas por objetivos genéricos e também por objetivos bilaterais específicos.²³ Em relação aos primeiros, o regime buscou estabelecer relações econômicas e empresariais opacas (e, portanto, insuladas do escrutínio público), algo muito mais fácil de ser feito em não democracias, assim como buscou criar mais complicações diplomáticas para os Estados Unidos ao se unir a seus adversários. É amplamente conhecido que o regime venezuelano, sob Chávez e sob Maduro, firmou parcerias com países como a China, a Rússia, o Irã e a Síria, envolvendo negócios e investimentos econômicos lucrativos.

São vários os objetivos bilaterais específicos. A Venezuela espera encontrar na China uma alternativa viável de mercado para seu petróleo e aumentar os mais de US\$ 50 bilhões que a China já investiu na economia venezuelana. Ao mesmo tempo, o regime é um importante comprador de armas da Rússia; estima-se que a Venezuela tenha comprado cerca de três quartos dos US\$ 14,5 bilhões que a Rússia obteve das vendas de armas para a América Latina entre 2001 e 2013.²⁴ Por fim, a Venezuela esperava que o Irã se juntasse a ela em um subgrupo da OPEP para contrabalancear os esforços da Arábia Saudita em manter baixo o preço do petróleo. Os Estados Unidos temeram por algum tempo que a parceria Venezuela-Irã resultasse em projetos nucleares na Venezuela bem como em terrorismo financiado pelo Irã por toda a América Latina, embora a preocupação do Ocidente em relação à influência iraniana na região pareça ter arrefecido desde 2012.

Hoje, com a Venezuela diante de uma forte crise econômica que a torna um parceiro comercial menos lucrativo e um exemplo menos atraente a ser seguido, a capacidade do regime para projetar seu poder globalmente encolheu. Então, Maduro teve que mudar de tática. Em

vez de tentar moldar o mundo à sua volta, seu objetivo principal agora é convencer os parceiros globais da Venezuela que, em termos de seu interesse econômico na Venezuela, uma mudança no *status quo* pode ser prejudicial a eles. Essa é apenas outra maneira de usar os laços econômicos internacionais para promover internamente a sobrevivência do regime.

Durante dezesseis anos de chavismo e, em especial, desde 2006, o regime da Venezuela moveu-se continuamente em direção a práticas mais autoritárias. Tal trajetória não estava predeterminada. Nem todos os regimes híbridos se movem nessa direção. Muitos fatores contribuíram para o aumento do autoritarismo na Venezuela: o aumento dos preços do petróleo nos períodos 2003-2008 e 2010-2012, dando ao Estado vastos recursos para cooptar e reprimir a oposição; o declínio das iniciativas de promoção da democracia do Ocidente; o aumento da influência de novas potências não democráticas, como a China e a Rússia; a intensificação do unilateralismo dos EUA entre 2001 e 2008, que despertou os impulsos nacionalistas da Venezuela; a mudança global em direção à maior tolerância ao estatismo, após duas décadas de neoliberalismo; e até mesmo os erros e fraquezas da oposição venezuelana.

Sem dúvida, todos esses fatores desempenharam um papel. Mas, em regimes híbridos, autoridades do governo também têm à sua disposição os instrumentos necessários para conduzir seus países em direção a formas mais profundas de autoritarismo. No caso da Venezuela, esses instrumentos incluíram o uso inteligente da superioridade eleitoral no país e os petrodólares no exterior. Agora que ambos os instrumentos ficaram escassos, o regime vive uma tensão sem precedentes. Vê-se diante de novas pressões vindas de críticos internacionais (embora ainda poucas da América Latina) e de uma oposição interna revitalizada e determinada a reverter o curso do regime. A economia e as eleições deixaram Maduro sem saída, muito mais do que em qualquer momento sob Chávez. Irá Maduro sucumbir a essas pressões ou contra-atacar? Com base em seu governo até aqui, Maduro parece es-

tar confiante de que possui controle institucional suficiente no país e apoio no exterior para manter o curso. É, portanto, possível que um dos regimes mais politicamente restritivos da América Latina possa se tornar ainda mais restritivo nos próximos anos.

Notas

1. Ver “Grandes Objetivos Históricos y Objetivos Nacionales”, *Programa de la Patria 2013-2019*. Disponível em: <blog.chavez.org.ve/programa-patria-venezuela-2013-2019/idependencia-nacional>.

2. Esses números para os jornais venezuelanos estão baseados no anuário da imprensa de Juvenal Mavares, *Directorio de relaciones públicas y medios de comunicación social* (Caracas: J&M Asociados, 1998); ver também a lista de jornais venezuelanos da Prensa Escrita. Disponível em: <www.prensaescrita.com/america/venezuela.php>.

3. Sou grato a Franz von Bergen e a Juan Gabriel Delgado por seu apoio na pesquisa. Para determinar se um jornal era independente, verificamos se antigos jornalistas ou os de outros veículos relataram casos de informação censurada na cobertura de notícias favoráveis à oposição. Sem dúvida, foram feitos alguns julgamentos qualitativos. Mas, deixando de lado minha contagem de mídia impressa não independente, a evidência ainda é clara: o número de veículos da mídia impressa independente privada caiu consideravelmente durante o chavismo.

4. Ver Sujatha Fernandes, *Who Can Stop The Drums? Urban Social Movements in Chávez's Venezuela*. Durham: Duke University Press, 2010.

5. Philip Bennett e Moisés Naím, “21st-Century Censorship”, *Columbia Journalism Review*, 5 de janeiro de 2015. Disponível em: <moisesnaim.com/columns/21st-century-censorship>.

6. “Unos cuarenta periódicos, afectados por la escasez de papel en Venezuela”, *Repórteres Sem Fronteiras*, 12 de setembro de 2014. Disponível em: <es.rsrf.org/venezuela-unos-cuarentaperiodicos-afectados-12-09-2014,46951.html>.

7. Javier Corrales, “Electoral Irregularities Under Chavismo: A Tally”, *Americas Quarterly*, 11 de abril de 2013. Disponível em: <www.americasquarterly.org/electoral-irregularities-under-chavismo-tally>.

8. Miriam Kornblith, “Latin America’s Authoritarian Drift: Chavismo After Chávez?”, *Journal of Democracy*, v. 24, n. 3 (julho de 2013), pp. 47-61.

9. Edgar López, “En nueve años el TSJ no ha dictado ni una sentencia contra el gobierno”, *El Nacional*, 1º de dezembro de 2014. Disponível em: <www.el-nacional.com/politica/anos-TSJ-dictadosentencia-gobierno_0_529147208.html>.

10. Essa seção tem origem em Javier Corrales e Michael Penfold, *Dragon in the Tropics: The Legacy of Hugo Chávez*, 2ª ed. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, no prelo.

11. International Crisis Group, “Venezuela: Dangerous Inertia”, *Latin America Briefing*, n. 31, 23 de setembro de 2014.

12. Programa Venezolano de Educación-Acción en Derechos Humanos (PROVEA), “Venezuela 2014: Protestas y derechos humanos”, Informe, fev.-maio de 2014. Disponível em: <www.derechos.org/ve/pw/wp-content/uploads/Informe-final-protestas2.pdf>; “Maduro supera a Chávez en represión”, *Hoy* (Quito), 8 de julho de 2014. Disponível em: <www.hoy.com.ec/noticias-ecuador/maduro-supera-a-chavez-en-represion-609719.html>.

13. Javier Corrales e Carlos A. Romero, *U.S.-Venezuela Relations Since the 1990s: Coping with Midlevel Security Threats*. Nova York: Routledge, 2013.

14. Francisco J. Monaldi, “Oil and Politics: Venezuela Today”, trabalho apresentado no *Latin American Studies Association Congress*, Washington, D.C., 2013.

15. U.S. Energy Information Administration, “Venezuela: Country Analysis Brief Overview”. Disponível em: <www.eia.gov/countries>.

16. Javier Corrales, “Using Social Power to Balance Soft Power: Venezuela’s Foreign Policy”, *Washington Quarterly*, v. 32, n. 4 (outubro de 2009), pp. 97-114.

17. Andres Schipani e John Paul Rathbone, “Oil Price Rout Forces Venezuela to Rethink Petro-Diplomacy”, *Financial Times*, 14 de janeiro de 2015.

18. Para uma análise mais precisa da petroajuda da Venezuela a seus vizinhos, ver a tabela “Venezuela’s Petro-Aid: Subsidized Oil Shipments Within Latin America”. Disponível em: <www.journalofdemocracy.org/articles/supplemental-material>.

19. Ver “Amenazan con expropiar a empresas españolas”, *El Nacional* (Caracas), 16 de fevereiro de 2015. Disponível em: <www.el-nacional.com/economia/Amenazan-expropiar-empresas-espanolas_0_575342576.html>.

20. Agustín E. Ferraro e Juan José Rastrollo, “¿Clientelismo político en El Salvador? Estudio de caso de Alba Petróleos y sus empresas relacionadas”, Universidade de Salamanca. Disponível em: <www.slideshare.net/FUSADESORG/clientelismo-politico-en-el-salvador-estudio-de-caso-de-alba-petroleos-y-sus-empresas-relacionadas>.

21. Ver “Telesur celebra cinco años de vida ‘haciendo mejor periodismo que CNN’”, *Correo del Orinoco* (Caracas), 1º de agosto de 2010. Disponível em: <www.correodelorinoco.gob.ve/comunicacion-cultura/telesur-celebra-cinco-anos-vida-haciendo-mejor-periodismo-que-cnn>.

22. Ver AGB Nielsen Media Research, “Share por canal interanual 2008 al 2012: Total individuos”. Disponível em: <www.agbn Nielsen.com.ve/libro2012/SHARE/TOTAL_INDIVIDUOS.html>.

23. Corrales e Romero, op. cit., p. 162.

24. Ilan Berman, “Russia Pivots Toward Cuba, Venezuela, Nicaragua”, *Washington Times*, 26 de março de 2014.



Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação IFHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Conjuntamente com vinte e um centros de pesquisas associados, localizados em onze países da América Latina, realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região.

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesAmericaLatina.aspx>

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesBrasilAmericaSul.aspx>

Meios de comunicação e Democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesPlataforma.aspx#MediosComunicacion>

http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Poder_politico_e_meios.pdf

Sociedade civil e democracia:

http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Usos_abusos_e_desafios_da_sociedade_civil_na_America_Latina.pdf

Biblioteca virtual:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/BuscaPublicacoes.aspx>

Coleção Recursos de Pesquisa na Internet:

<http://plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesPlataforma.aspx#RecursosPesquisa>